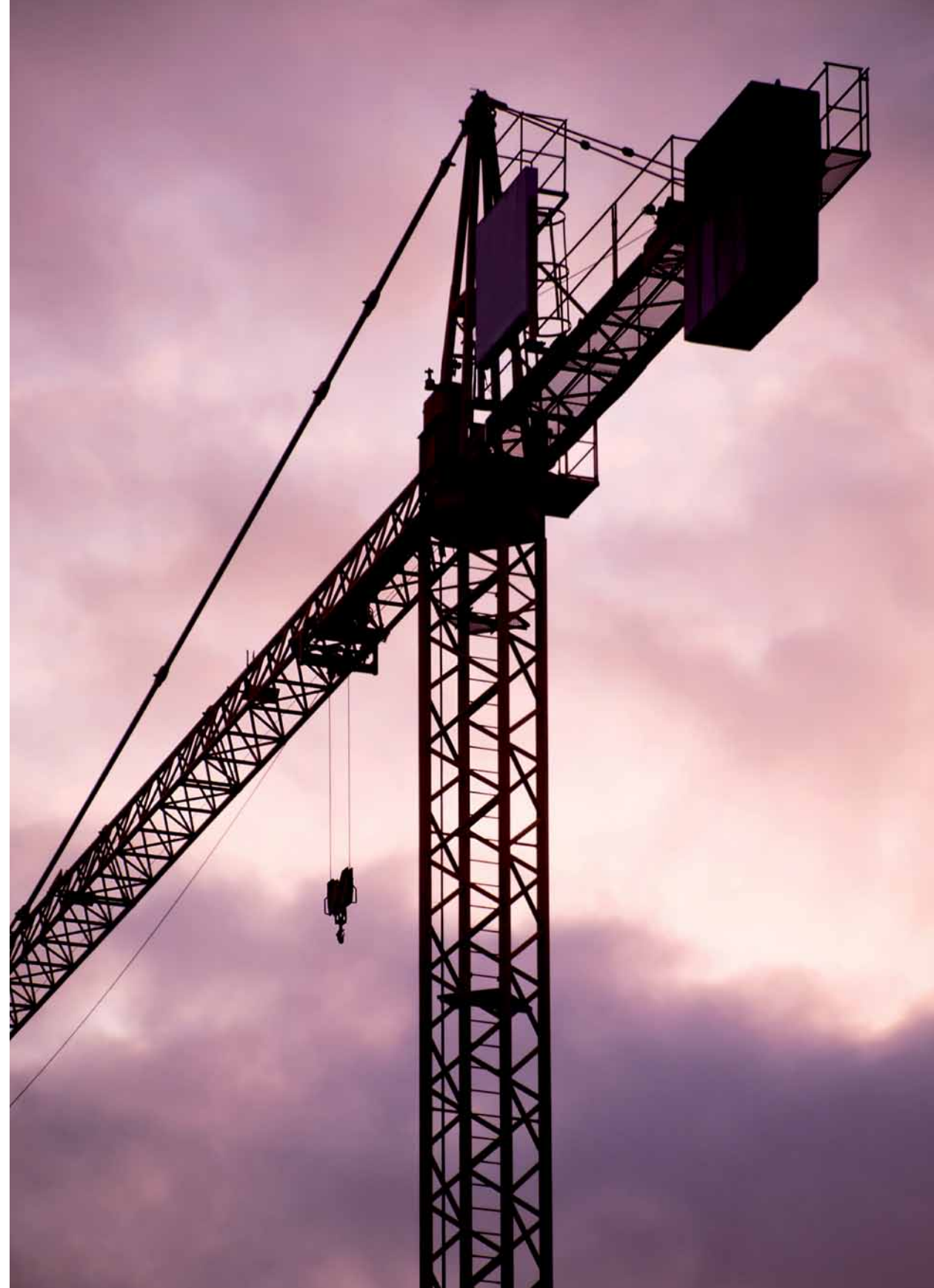


FUTURO EM CONSTRUÇÃO

ONU apresenta relatório com a síntese de todo o trabalho desenvolvido até agora para definição e negociação da agenda pós-2015, com ações que guiarão o desenvolvimento global a partir de agora, visando reduzir a pobreza e promover o crescimento econômico sustentável.

TEXTO **RACHEL CARDOSO**



O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-Moon, apresentou em dezembro passado a síntese do relatório “O caminho para a dignidade até 2030: acabando com a pobreza, transformando todas as vidas e protegendo o planeta”. O documento é resultado dos esforços de um grupo de trabalho criado ao fim da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) para elaborar um conjunto de metas que pudessem orientar as discussões, além de ajudar a definir um plano de ação para a agenda pós-2015, ano em que expira o prazo dos países em desenvolvimento para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM, 2000).

Após a apresentação do relatório, o próximo passo para as negociações formais em torno dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) ocorrerá em uma série de reuniões esperadas para este ano. Está marcada para setembro, durante a Cúpula dos Chefes de Estado, tradicionalmente em Nova York, a definição da nova agenda de desenvolvimento após 2015.

Do projeto divulgado pelo grupo de trabalho aberto, dentro do processo de negociação intergovernamental constam 17 objetivos e 169 alvos de atuação para os 189 países-membros da ONU. Os primeiros 16 objetivos identificam áreas prioritárias, sem retroceder em relação a tudo o que havia sido estabelecido pelos ODM. Já o alvo final, de número 17, prevê mecanismos que possibilitem a concretização das metas anteriores, incluindo questões relacionadas a finanças, captação, parcerias, tecnologia, levantamento de dados e comércio. “Os temas refletem a complexidade do mundo em que vivemos”, diz o especialista de Programa da Unidade de Desenvolvimento Sustentável do Programa das Nações

“AS METAS DE REDUÇÃO DA POBREZA NÃO FAZEM SENTIDO SE NÃO HOUVER INFRAESTRUTURA. SÃO PROBLEMAS BÁSICOS, COMO AS FALTAS DE ÁGUA E ENERGIA, QUE NÃO APARECEM EXPLICITAMENTE NOS OBJETIVOS E QUE PRECISAM ESTAR ALINHADOS COM A GARANTIA DA SUSTENTABILIDADE”

JOSÉ GOLDEMBERG, PROFESSOR DO INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Foto: acervo Conselhos



Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Haroldo Machado Filho.

As duas principais diferenças entre os ODM e os ODS são, de um lado, a finalidade, e, de outro, a escala das metas. Reconhecendo que nenhum dos países-membros da ONU avançou significativamente no combate à crise ambiental e na garantia de um meio ambiente saudável para a vida humana, busca-se, com a agenda pós-2015, enfatizar o critério da sustentabilidade, promovendo o equilíbrio das dimensões econômica, ambiental e social, bem como o uso eficiente dos recursos naturais.

Da mesma forma, os reveses econômicos pelos quais têm passado nações em todo o mundo chamaram a atenção sobre os desafios socioeconômicos pertinentes tanto aos países desenvolvidos quanto aos em desenvolvimento. Esses últimos constituíram o foco dos ODM, alargando-se, recentemente, para abranger também os primeiros.

O Brasil foi um dos que mais avançaram na redução da pobreza e da desigualdade de renda nos últimos 15 anos – sete dos oito desafios do milênio foram atingidos, de acordo com o Pnud no Brasil. A exceção ficou na meta para a saúde da mulher, que trata da morte em decorrência de doenças relacionadas à gravidez e ao parto. A taxa de mortalidade materna no Brasil é de 64 óbitos a cada 100 mil nascidos vivos. “O desempenho do Brasil no cumprimento dos ODMs tem se mostrado excelente”, ressalta Raynne Ferreti Moraes, oficial nacional para o Brasil da ONU-Habitat.

Segundo ela, o País empenhou muitos esforços para disseminar as informações e os acordos, não só por meio do Relatório de Acompanhamento Nacional – que envia para a ONU –, mas também por criação de sites, realização de eventos e estabelecimento da agenda de compromissos dos ODMs entre o governo fe-

OS REVESES ECONÔMICOS PELOS QUAIS TÊM PASSADO NAÇÕES EM TODO O MUNDO, CHAMARAM A ATENÇÃO SOBRE OS DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS PERTINENTES TANTO A PAÍSES DESENVOLVIDOS, QUANTO AOS EM DESENVOLVIMENTO

Objetivos do Milênio (ODM)

1. Erradicar a extrema pobreza e a fome.
2. Garantir o ensino básico fundamental a todos.
3. Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres.
4. Reduzir a mortalidade infantil.
5. Melhorar a saúde materna.
6. Combater a aids, a malária e outras doenças.
7. Assegurar a sustentabilidade ambiental.
8. Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento.



deral e os municípios. Destaca ainda que diversas políticas públicas contribuíram para o cumprimento dos ODM, mas alguns desafios persistem. Entre eles, Raynne aponta indicadores de igualdade de gênero, em que a disparidade entre homens e mulheres é profunda tanto na renda quanto na política.

Dentro do desafio de sustentabilidade ambiental, no caso brasileiro, embora tenha sido atingida a meta de reduzir à metade os lares sem acesso a água e esgoto, os resultados ainda são muito fracos. E não se pode deixar de lembrar que o País atravessa uma de suas piores crises hídricas. “As metas de redução da pobreza não fazem sentido se não houver infraestrutura”, destaca o conselheiro da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FecomercioSP), José Goldemberg, professor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo e ex-ministro das pastas de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente. “São problemas básicos, como as faltas de água e energia, que não aparecem explicitamente nos objetivos e que precisam estar alinhados com a garantia da sustentabilidade.”

Para Goldemberg, a discussão a respeito das metas globais escapa ao controle de países menos desenvolvidos, como a África, já que no caso de combate ao vírus HIV, por exemplo, não há verba suficiente para tomar as providências indicadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e quem não consegue cumpri-las, fica com a imagem abalada internacionalmente. Em sua avaliação, a construção de uma nova agenda pode tirar o foco dos problemas – pois quem tem muitas metas, pode não ter nenhuma.

O pesquisador de políticas sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Rafael Guerreiro Osório, faz coro ao professor Goldemberg ao afirmar que é preciso tomar decisões efetivas de âmbito social e no que se

“O DESEMPENHO DO BRASIL NO CUMPRIMENTO DOS ODMs TEM SE MOSTRADO EXCELENTE, MAS ALGUNS DESAFIOS PERSISTEM, COMO APONTA OS INDICADORES DE IGUALDADE DE GÊNERO, EM QUE A DISPARIDADE ENTRE HOMENS E MULHERES É PROFUNDA, TANTO NA RENDA QUANTO NA POLÍTICA”

RAYNNE FERRETI MORAES,
OFICIAL NACIONAL PARA
O BRASIL DA ONU-HABITAT



Foto: divulgação

refere à infraestrutura. Ele questiona ainda metas como a igualdade de gênero no ensino, que, apesar de ter sido alcançada, não melhora efetivamente o quadro da desigualdade. “No Brasil, há uma pressão para que os meninos trabalhem e isso os tira da escola muito cedo. Da mesma forma, na África e no Oriente Médio, a discriminação faz com que os meninos não frequentem as escolas e isso tem consequências socioeconômicas”, observa.

Outra crítica feita por ele é a forma de mensurar as metas. “O objetivo não pode ser apenas o acesso à escola, porque tem gente que entra e sai sem saber ler, assim como a meta não pode se basear em reduzir a miséria pela metade. Tem de acabar com a miséria e tem que acabar com o analfabetismo”, afirma.

Na avaliação de Osório, os indicadores que mensuram se as metas têm sido cumpridas precisam ser repensados. Assim, em vez de medir apenas o desmatamento, seria necessário, por

exemplo, manter uma taxa de cobertura de floresta nativa para saber se os países conseguem manter o que têm. Medir o que se destrói já não tem levado a lugar nenhum. “O PIB é um bom indicador, mas é limitado, e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) olha para a saúde e a educação. É preciso incluir um indicador que dê valor real ao meio ambiente também.”

Sem dúvidas que será um desafio para os países monitorarem todos os futuros indicadores que medirão o cumprimento (ou não) de cada meta e, por sua vez, dos objetivos, mas a sustentabilidade do planeta depende de uma abordagem holística do desenvolvimento. “Não adianta focar apenas em alguns temas, deve-se tratar de todos”, avalia Raynne, da ONU-Habitat.

Ao menos um consenso existe entre todos que estão envolvidos na execução dos objetivos e que trabalham no desdobramento das metas: mais importante do que os números é a mobilização global em torno de grandes problemas da humanidade. Não se pode perder essa capacidade de reunir pessoas que pensem de maneira diferente e que conversem entre si em torno de grandes temas, como mortalidade infantil e casamento gay. Isso é o que conta. Relatórios de progresso do governo são divulgados com regularidade – sinal de que o compromisso internacional está em dia. Cabe à sociedade civil se engajar também nessa caminhada.

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Para mobilizar o setor privado, o ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan, lançou o Pacto Global, iniciativa que tem por objetivo a adoção, em práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações do trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, refletidos em dez princípios. A proposta conta com a participação de

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) *

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2. Acabar com a fome e alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição, bem como promover a agricultura sustentável.
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar de todos, em todas as idades.
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5. Alcançar a igualdade de gênero e apoderar todas as mulheres e meninas.
6. Assegurar disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos.
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e emprego pleno e produtivo, além de trabalho decente para todos.
9. Construir infraestruturas resistentes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10. Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles.
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis.
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
14. Conservação e uso sustentável de oceanos, mares e recursos marinhos.
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres; gerir de forma sustentável as florestas; combater a desertificação; deter e reverter a degradação da terra; e estancar a perda de biodiversidade.
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

* Os 17 ODS se desdobram em 169 metas

O BRASIL FOI UM DOS QUE MAIS AVANÇARAM NA REDUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE DE RENDA NOS ÚLTIMOS 15 ANOS. SETE DOS OITO DESAFIOS DO MILÊNIO FORAM ATINGIDOS, DE ACORDO COM O PNUD

agências das Nações Unidas, empresas, sindicatos, organizações não governamentais e demais parceiros necessários para a construção de um mercado global mais inclusivo e igualitário. Hoje, já são mais de 5,2 mil organizações signatárias, articuladas por 150 redes ao redor do mundo.

As empresas participantes do Pacto Global são diversificadas e representam diferentes setores da economia e regiões geográficas, além de buscarem gerenciar seu crescimento de uma maneira responsável, que contemple interesses e preocupações de suas partes interessadas, incluindo funcionários, investidores, consumidores, organizações militantes, associações empresariais e comunidade.

O Pacto Global não é um instrumento regulatório, um código de conduta obrigatório ou um fórum para policiar políticas e práticas gerenciais. É uma iniciativa voluntária que procura fornecer diretrizes para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania, por meio de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras.

O desenvolvimento não deve ser medido por meio de um único índice. É preciso conjugar todos os eixos da sustentabilidade, e isso perpassa, necessariamente, por indicadores sociais, econômicos e ambientais. É importante medir indicadores das cidades, pois ainda que um país tenha um resultado satisfatório, há assimetria se forem comparadas cidades diferentes. Assim, a ONU-Habitat criou o Índice de Prosperidade das Cidades como resposta a esse desafio. Ele congrega seis eixos temáticos, com diversos indicadores que medem cada um deles e formam os índices: qualidade de vida; produtividade; infraestrutura; equidade e inclusão social; governança; e sustentabilidade ambiental. A criação de um ODS Urbano, na atual versão discutida, é o ODS 11, que também ilustra a necessidade de se trabalhar no nível local e não somente no nacional. [8]